



INSTITUTO FEDERAL
Rondônia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

Campus Vilhena
Coordenação do Curso de Tecnologia em Gestão Pública

**GILSON ROSA DA SILVEIRA
JOYCE PAOLA DE CARVALHO SOUZA
LEOMAR BORGUES SOARES**

**DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A QUALIDADE DE
VIDA DA POPULAÇÃO**

VILHENA
2025

**GILSON ROSA DA SILVEIRA
JOYCE PAOLA DE CARVALHO SOUZA
LEOMAR BORGUES SOARES**

**DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A QUALIDADE DE
VIDA DA POPULAÇÃO**

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus Vilhena*, como requisito parcial para obtenção do grau de Tecnólogo, junto ao Curso de Tecnologia em Gestão Pública, sob a orientação do professor Mestre Glicerinaldo de Sousa Gomes.

VILHENA
2025

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

Soares, Leomar Borgues.

Desafios das políticas públicas para a qualidade de vida da população / Leomar Borgues Soares, Gilson Rosa da Silveira, Joyce Paola de Carvalho Souza. - Vilhena, 2025.

21 f. : il.

Orientador(a): Prof. Me. Glicerinaldo de Sousa Gomes.

Trabalho de Conclusão de Curso (Superior de Tecnologia em Gestão Pública) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Vilhena, 2025.

1. Importância. 2. Políticas públicas. 3. Qualidade de vida. I. Silveira, Gilson Rosa da. II. Gomes, Glicerinaldo de Sousa (orient.). III. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. IV. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Rosilene Maria do Couto Marques, CRB-11/321



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
Vilhena - Código INEP: 11107804
Rodovia BR 174, KM 3, CEP 76982-270, Vilhena (RO)
CNPJ: 10.817.343/0003-69 - Telefone: 69 2101-0703

ATA DE DEFESA DE ARTIGO CIENTÍFICO

Na data 27/06/2025 realizou-se a sessão pública de defesa do Artigo Científico intitulada **DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO** apresentada pelo aluno **Gilson Rosa da Silveira (2023203150027)** do Curso **Superior de Tecnologia em Gestão Pública (Vilhena)**. Os trabalhos foram iniciados às **20:00** pelo Professor presidente da banca examinadora, constituída pelos seguintes membros:

- **Glicerinaldo de Sousa Gomes** (Orientador)
- **Gisely Storch do Nascimento** (Examinadora Interna)
- **Dinalva Barbosa da Silva Fernandes** (Examinadora Interna)

A banca examinadora, tendo terminado a apresentação do conteúdo do Artigo Científico, passou à arguição do candidato. Em seguida, os examinadores reuniram-se para avaliação e deram o parecer final sobre o trabalho apresentado pelo aluno, tendo sido atribuído o seguinte resultado:

[X] APROVADO

Nota: 90

Proclamados os resultados pelo presidente da banca examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, eu **Glicerinaldo de Sousa Gomes** lavrei a presente ata que assino juntamente com os demais membros da banca examinadora.

VILHENA / RO, 27/06/2025

Documento assinado eletronicamente por **Glicerinaldo de Sousa Gomes**, Presidente, em 17/07/2025, às 21:31, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Glicerinaldo de Sousa Gomes**, Orientador, em 17/07/2025, às 21:31, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

Vilhena - Código INEP: 11107804
Rodovia BR 174, KM 3, CEP 76982-270, Vilhena (RO)
CNPJ: 10.817.343/0003-69 - Telefone: 69 2101-0703

ATA DE DEFESA DE ARTIGO CIENTÍFICO

Na data 27/06/2025 realizou-se a sessão pública de defesa do Artigo Científico intitulada **DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO** apresentada pela aluna **Joyce Paola de Carvalho Souza (2023203150034)** do Curso **Superior de Tecnologia em Gestão Pública (Vilhena)**. Os trabalhos foram iniciados às **20:00** pelo Professor presidente da banca examinadora, constituída pelos seguintes membros:

- **Glicerinaldo de Sousa Gomes** (Orientador)
- **Gisely Storch do Nascimento** (Examinadora Interna)
- **Dinalva Barbosa da Silva Fernandes** (Examinadora Interna)

A banca examinadora, tendo terminado a apresentação do conteúdo do Artigo Científico, passou à arguição da candidata. Em seguida, os examinadores reuniram-se para avaliação e deram o parecer final sobre o trabalho apresentado pelo aluno, tendo sido atribuído o seguinte resultado:

[X] APROVADO

Nota: 90

Proclamados os resultados pelo presidente da banca examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, eu **Glicerinaldo de Sousa Gomes** lavrei a presente ata que assino juntamente com os demais membros da banca examinadora.

VILHENA / RO, 27/06/2025

Documento assinado eletronicamente por **Glicerinaldo de Sousa Gomes**, Presidente, em 17/07/2025, às 21:29, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

Vilhena - Código INEP: 11107804
Rodovia BR 174, KM 3, CEP 76982-270, Vilhena (RO)
CNPJ: 10.817.343/0003-69 - Telefone: 69 2101-0703

ATA DE DEFESA DE ARTIGO CIENTÍFICO

Na data 27/06/2025 realizou-se a sessão pública de defesa do Artigo Científico intitulada **DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO** apresentada pelo aluno **Leomar Borges Soares (2023203150025)** do Curso **Superior de Tecnologia em Gestão Pública (Vilhena)**. Os trabalhos foram iniciados às **20:00** pelo Professor **Glicerinaldo de Sousa Gomes** presidente da banca examinadora, constituída pelos seguintes membros:

- **Glicerinaldo de Sousa Gomes** (Orientador)
- **Gisely Storch do Nascimento** (Examinadora Interna)
- **Dinalva Barbosa da Silva Fernandes** (Examinadora Interna)

A banca examinadora, tendo terminado a apresentação do conteúdo do Artigo Científico, passou à arguição do candidato. Em seguida, os examinadores reuniram-se para avaliação e deram o parecer final sobre o trabalho apresentado pelo aluno, tendo sido atribuído o seguinte resultado:

[X] APROVADO

Nota: 90

Proclamados os resultados pelo presidente da banca examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, eu **Glicerinaldo de Sousa Gomes** lavrei a presente ata que assino juntamente com os demais membros da banca examinadora.

VILHENA / RO, 27/06/2025

Documento assinado eletronicamente por **Glicerinaldo de Sousa Gomes**, Orientador, em 17/07/2025, às 21:28, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO

RESUMO: Políticas públicas são conjuntos de programas, ações e decisões tomadas pelos governos (nacionais, estaduais ou municipais) com a participação, direta ou indireta, de entes públicos ou privados que visam assegurar determinado direito de cidadania para vários grupos da sociedade ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico. Ou seja, correspondem a direitos assegurados na Constituição. Um programa da prefeitura que esteja beneficiando seu bairro, por exemplo, é uma política pública. A educação, a saúde, o meio ambiente e a água são direitos universais, assim, para assegurá-los e promovê-los, estão asseguradas pela Constituição Federal as políticas públicas de educação e saúde, por exemplo. Este trabalho tem como objetivo geral abordar a importância das políticas públicas na qualidade de vida das pessoas e como objetivo específico identificar a importância das políticas públicas na vida da população, além de apresentar uma reflexão sobre os impactos dessas políticas, quando acontecem e quando não acontecem.

PALAVRAS-CHAVE: Importância. Políticas públicas. Qualidade de vida.

ABSTRACT: Public policies are sets of programs, actions, and decisions taken by governments (national, state, or municipal) with the direct or indirect participation of public or private entities that aim to ensure a specific citizenship right for various groups in society or for a specific social, cultural, ethnic, or economic segment. In other words, they correspond to rights guaranteed by the Constitution. A city hall program that benefits your neighborhood, for example, is a public policy. Education, health, the environment, and water are universal rights; therefore, to ensure and promote them, public education and health policies, for example, are guaranteed by the Federal Constitution. This work has the general objective of addressing the importance of public policies in people's quality of life. The specific objective is to identify the importance of public policies in the lives of the population, in addition to presenting a reflection on the impacts of these policies, when they occur and when they do not.

KEYWORDS: Importance. Public policies. Quality of life.

1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a área de políticas públicas contou com quatro grandes “pais” fundadores: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. Laswell (1936) apresenta a expressão *policyanalysis* (análise de política pública), nos anos 30, como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como maneira de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo.

Sendo assim, o conceito de políticas públicas descreve as ações desenvolvidas pelo governo para garantir direitos à população em diversas áreas, como saúde, educação e lazer, com o objetivo de promover qualidade de vida e bem-estar aos brasileiros. Esse tipo de ação leva a palavra “pública” no nome, mas também pode ser destinada a entes privados, desde que seja uma medida de interesse público.

A qualidade de vida é uma avaliação do bem-estar geral de um grupo na sociedade. Esta pode ser determinada pela observação de uma série de fatores na vida de uma pessoa. Nesse sentido, a qualidade de vida está relacionada com diversos aspectos, entre eles, a saúde física e mental, que apesar de não serem os únicos fatores de influência, são passos fundamentais para viver melhor.

Muito se ouve sobre políticas públicas, quando na verdade, uma grande parte da população não sabe o que é, uma vez que a qualidade de vida de uma população está inteiramente ligada a necessidade de políticas públicas bem executada. Apesquisa se justifica pela importância de compreender a relação entre as políticas públicas e a melhoria na qualidade de vida das pessoas a partir da sua implementação.

Lindblom (1959;1979) endagou sobre a ênfase no racionalismo de Laswelle Simone propôs uma incorporação de outras variáveis à formulação e à reflexão de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes etapas do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio. Sendo assim, as políticas públicas precisariam incorporar outros elementos à sua formulação e à sua análise além das questões de racionalidade, tais como o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse, dentre outros.

Easton (1965) deu sua contribuição ao definir a política pública como um

sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Para este autor, políticas públicas recebem informações dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos.

Este trabalho tem como propósito abordar a importância das políticas públicas na qualidade de vida das pessoas. A pesquisa pretende, mais especificamente, identificar a importância das políticas públicas na vida da população, além de apresentar uma reflexão sobre os impactos dessas políticas, quando acontecem e quando não acontecem.

Segundo Capella (2018), desde a metade do século 20, o debate em torno dos problemas sociais se desenvolve sob diferentes perspectivas, balizando estudos desenvolvidos sobre movimentos sociais, mídia e opinião pública, questões urbanas, entre outros. Uma tradição de pesquisa, especialmente influente para os estudos sobre formulação de políticas públicas, origina-se na Ciência Política.

Ao desenvolver esse trabalho, através das referências bibliográficas, foi possível constatar como as políticas públicas podem e devem mudar a vida das pessoas, possibilitando assim uma melhor qualidade de vida.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS E QUALIDADE DE VIDA

Segundo Ruz (1998), considerando o amplo, diversificado e indefinido uso do termo política, de maneira geral, as pessoas, fora do universo científico, referem-se à política pensando no momento eleitoral. Política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas.

Política tem um conceito abrangente, que pode ser entendido enquanto ciência dos fenômenos relacionados ao Estado ou ao Governo; sistema de normas que se referem à respeito, à direção dos negócios e à administração pública; governar os povos ou ainda mais superficialmente se refere-se ao poder de resolver conflitos ou mecanismos de tomadas de decisões.

Sendo assim, outra linha de análise nos remete ao movimento de pessoas ou grupos de pessoas se fazerem presentes e participantes de situações que visem modificar ou manter uma certa realidade, sempre localizadas em um espaço geográfico e histórico, que pressupõe movimento e constante renovação. Já no que

se refere à atividade política de um Estado é a forma de dar uma devolutiva a um conjunto de necessidades da vida social de uma determinada comunidade, localidade, cidade, estado, país. Ela visa, antes de mais nada, atender a uma série de objetivos da vida coletiva de um povo ou de um determinado segmento social. (Outhwaire; Bottomore, 1996).

Por outro lado, seguindo ainda os mesmos autores acima, podemos dizer que a Política Pública pode ser compreendida como um campo de investigação que nasce da ciência política, como o que seria as investigações em torno do estudo de governos, administração pública, relações internacionais e comportamento político.

Embora as políticas públicas possam ter influências sobre a esfera privada (família, mercado e religião), elas não são privadas. Mesmo que entidades privadas participem de sua formulação ou compartilhem sua implementação, a possibilidade de o fazerem está amparada em decisões públicas, ou seja, decisões tomadas por agentes governamentais, com base no poder imperativo do Estado. (Rua, 1998).

Monteiro (1982) afirma que uma política pública é "[...] um curso de ação (ou inação) conscientemente escolhido e orientado para um determinado fim". Trata-se, sem dúvida, do que poderíamos denominar de uma visão objetivista do conceito: existiriam evidências não ambíguas do que vem a ser uma política pública, a partir do grau de decisão racional nela embutido.

As políticas públicas servem de ferramenta para implementar mudanças progressivas a sociedade. Elas podem ser usadas para tratar questões que afetam todos os cidadãos, como a saúde, a educação, o meio ambiente e serviços públicos, oferecendo a todos uma qualidade de vida, uma vez que a qualidade de vida é uma condição em que a pessoa permanece saudável fisicamente e mentalmente. Portanto, alcançar a estabilidade e a qualidade de vida é algo primordial para qualquer pessoa e reflete-se diretamente nas questões sociais.

Não é possível determinar através de uma única definição o que seja políticas públicas. Mead (1995) a define como um espaço dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos.

A suposição de Lowi (1972) de que as políticas públicas podem até ser válida para um campo específico, mas não como global. O exame de vida de certas políticas setoriais, sobretudo as de caráter mais dinâmico e polêmico, não deixa dúvidas referentes a interdependência entre os processos e os resultados das

políticas. A evolução histórica da política ambiental, por exemplo, mostra de forma nítida como ambas dimensões têm se influenciado de forma recíproca e permanente. Além disso, vale lembrar que todos esses fatores condicionantes das políticas públicas são sujeitos a alterações ao longo do tempo.

A consciência ambiental, por exemplo, tem aumentado significativamente na Europa após o acidente nuclear de Chernobyl, promovendo condições altamente favoráveis à implementação de políticas ambientais mais substanciais. Atualmente, porém, com os problemas socioeconômicos não particularmente referentes ao desemprego não agravados, o tema ambiental parece ter caído em esquecimento e saído das agendas governamentais no mundo inteiro.

Os estudos tradicionais sobre políticas públicas não baseado sem métodos quantitativos não frequentemente são forçados a se limitar a um número reduzido de variáveis explicativas, devido às dificuldades técnicas e organizativas. No entanto, se quisermos saber mais detalhes sobre a gênese e o percurso de certos programas políticos não os fatores favoráveis e o sentraves bloqueadores, então a pesquisa comparativa não pode deixar de se concentrar de forma mais intensa na investigação, ou da vida interna do sprocessos políticos-administrativos. Com esse direcionamento processual, tornam-se mais importantes os arranjos institucionais, as atitudes e objetivos dos atores políticos, os instrumentos de ação, e as atratégias políticas.

A exemplo de política pública internacionalmente conhecida, têm-se o Sistema Único de Saúde – SUS, implantado pelo Governo Federal através da Lei 8.080/1990, que traz princípios, objetivos e garantias inerentes a saúde, efetivando, assim, a aplicação do direito fundamental a saúde previsto na Constituição Federal. Entretanto, apesar de ser um dos melhores modelos de saúde pública do mundo, suas diretrizes não atendem à demanda da população brasileira, o que faz com que seja visto pela maioria como ineficiente, porém, o que o torna, de certa forma, “ineficiente”, são os problemas e desafios encontrados no seu âmbito de aplicação.

Como se observa diariamente, a escassez de médicos e demais profissionais na saúde, a falta de hospitais e postos de saúde adequados, a ausência de materiais necessários, entretantos outros, acabam por tornar seu objetivo final falho, deixando a população que mais precisa dessa política pública sem o atendimento que realmente necessita.

Pode-se citar também, como exemplo de política pública, o Programa Bolsa

Família, criado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS no ano de 2004 (Lei 10.836/5004), que visa garantir a transferência de renda para famílias com renda per capita baixa, com intuito de garantir a segurança alimentar, saúde, educação infantil e assistência social àquela parcela da população dada como carente.

Apesar de ser um programa instituído pelo Governo Federal, sua aplicação é feita pelos agentes municipais, que, por sua vez, recebem o aprendizado mínimo para sua efetivação, defasando, de certa maneira, o programa, pois falta pessoal capacitado para o cadastramento das famílias e para o acompanhamento das mesmas. Em contrapartida, ocorre que, muitas famílias omitem suas informações para se beneficiarem de forma incorreta do recebimento desses repasses, tirando a oportunidade de famílias que realmente se enquadram no programa.

Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a junção das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo decide fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, porquê e que diferença faz.

No âmbito de definição de políticas públicas, sociedades e dos complexos como os constituídos no mundo moderno estão mais próximos da perspectiva teórica daqueles que defendem que existe uma “autonomia relativa do Estado”, o que faz com que o mesmo tenha um espaço próprio de atuação, embora permeável a influências externas e internas (Evans, Rueschmeyer e Skocpol, 1985).

Analisando as políticas públicas, nota-se que a mesma diz respeito ao modo pelo qual o comportamento dos agentes políticos pode afetar as decisões. Esse ramo de estudos surgiu porque os especialistas queriam entender melhor como as decisões eram conduzidas sem termos concretos, em particular até que ponto elas eram (ou poderiam ser) tomadas ‘racionalmente’. (Outhwaite; Bottomore, 1996, p. 84-85).

Entretanto, o termo política pública ainda encerra um grande conteúdo polissêmico e não nos cabe aqui apenas uma conceituação com um tal como aquela que define política pública como simples programa de ação do governo.

Na verdade, este conceito pode definir diferentes dimensões dos

processos que envolvem a decisão e a intervenção do Estado no que se refere a determinada realidade ou, ainda, juntar mecanismos e estruturas de tomadas de decisão de ações sujeitas a controles sociais e, somente isto, seria necessário para justificar uma análise mais detida de seus conteúdos. Assim, para além da questão semântica, que forma uma rica porta de entrada nesta discussão, encontram-se elementos de mais difícil apreensão.

Em primeiro lugar, o presente termo pode se referir tanto aos conteúdos particulares que se expressam em diferentes matérias ou campos de atuação governamental, como também faz referência aos processos políticos próprios da ação e, ainda, às instituições políticas. Assim, essas possibilidades de compreensão do termo deve ser melhor definida. Em segundo lugar, percebe-se que este termo implica também que, enquanto curso de ação deliberada, as políticas públicas envolvem preferências, escolhas e decisões, o que remete sua discussão para questões individuais e coletivas que envolvem sua formação, desde a fase de planejamento, passando por sua execução e, mesmo, na fase de avaliação de seus resultados.

Por fim, em terceiro lugar, encontra-se a questão que se refere às políticas públicas, enquanto espaço de lutas e busca de construção de direitos, afirmando-se uma visão que politiza sua discussão, na medida em que se obriga o analista a não mais apenas se referenciar no Estado, isto é, abrir-se para uma concepção que não tenha o Estado como único e inevitável centro possível do debate.

Ele deve incorporar a dimensão essencialmente conflitiva de interesses e grupos de interesses, próprios da dinâmica de uma sociedade marcada por muitas lutas de classes, em um primeiro e abrangente plano de análise, mas também de lutas segmentadas por outros elementos definidores de identidades e interesses na sociedade.

Em um sentido restrito e imediato, com isso, podemos definir política pública como toda ação permanente e abrangente do poder público e numa determinada área de atuação, podendo ser econômica, ambiental, urbana ou outras. Isto se trata de uma linha de estratégias adotadas para se lidar com determinados objetivos e problemas, previamente selecionados, linha essa que se materializa na maioria das vezes, através de princípios, diretrizes, objetivos e normas, mais ou menos explicitados através de planos, programas e projetos e, dependendo de cada caso, também de um arcabouço legal a lei ou o conjunto de leis.

Apresentado desta maneira, o conceito de políticas públicas é visto com inequívocas ligações com a formulação de estratégias de intervenção que envolvem formulação, planejamento, gestão, execução e avaliação de ações propostas e/ou implementadas no plano prático e sem dar margem a dúvidas ou subjetivismos, uma vez que tais atividades seriam realizadas pelo Estado. Em outras palavras, é necessário afirmar que toda política pública se constitui como uma opção dentre um número finito de opções/possibilidades.

No entanto, como opção política, isto é, que envolve conflitos de interesses, seu destino final é, quase sempre uma combinação e uma ponderação de diferentes opções, que passam pelo crivo da objetividade. As condições de sua formulação foram historicamente delegadas ao Estado, também crivado de historicidade em suas condições concretas de atuação a cada momento; sua implementação não é neutra em relação aos objetos da política e não é imune às próprias condições da ação.

3 METODOLOGIA

A pesquisa é de abordagem qualitativa, pois objetiva-se ter cesso a significado se obter uma compreensão aprofundada, afim de definir o conceito de políticas públicas e qualidade de vida e entender como a implementação de políticas públicas impactam positivamente na qualidade de vida das pessoas.

A técnica de pesquisa utilizada foi através de análise de estudos em livros e artigos, tendo assim os mesmos como instrumentos de coleta de dados. Para a execução da pesquisa serão utilizados como principal fonte de informações as referências bibliográficas, através das quais são apresentadas a importância das políticas públicas para a qualidade de vida da população.

A pesquisa científica apresenta várias modalidades, sendo uma delas a pesquisa bibliográfica que será abordada no presente artigo, expondo todas as etapas que devem ser seguidas na sua realização. Esse tipo de pesquisa é concebida por diversos autores, dentre eles Marconi e Lakatos (2003) e Gil (2002). A pesquisa bibliográfica está inserida principalmente no meio acadêmico e tem a finalidade de aprimoramento e atualização do conhecimento, através de uma investigação científica de obras já publicadas.

Para Andrade (2010):

A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizarão pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas (Andrade, 2010).

A pesquisa bibliográfica é o levantamento ou revisão de obras publicadas sobre a teoria que irá direcionar o trabalho científico o que necessita uma dedicação, estudo e análise pelo pesquisador que irá executar o trabalho científico e tem como objetivo reunir e analisar textos publicados, para apoiar o trabalho científico.

Para Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Para Severino (2007), a pesquisa bibliográfica realiza-se pelo:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (Severino, 2007, p. 122).

Os benefícios de utilizar a pesquisa bibliográfica são: o baixo custo, o pesquisador quase não precisa se deslocar para encontrar pesquisas científicas públicas, pois com a internet encontram-se inúmeras pesquisas já realizadas. O pesquisador tem a possibilidade de investigar uma vasta amplitude de obras publicadas para entender e conhecer melhor o fenômeno em estudo. Os pontos negativos são: se o pesquisador que não analisar as fontes bibliográficas de modo correto acarretará uma pesquisa sem qualidade, pois baseou em dados infundados, ou se a escolha do tema que cerca a pesquisa tiver poucas obras publicadas pode comprometer a qualidade da pesquisa.

De acordo com Boccato (2006), a pesquisa bibliográfica busca o levantamento e análise crítica dos documentos publicados sobre o tema a ser

pesquisado com intuito de atualizar, desenvolver o conhecimento e contribuir com a realização da pesquisa. Com a temática definida e delimitada, o pesquisador terá que trilhar caminhos para desenvolvê-la.

A base da pesquisa bibliográfica foram os livros, teses, artigos e outros documentos publicados que contribuíram na investigação do problema proposto na pesquisa. Não basta realizar uma revisão bibliográfica que não irá contribuir no desenvolvimento, deve conter conhecimentos significativos que colaboram com a evolução do trabalho. Assim uma pesquisa bibliográfica se resume em procedimentos que devem ser executados pelo pesquisador na busca de obras já estudadas na solução da problemática através do estudo do tema.

4 RESULTADOSE DISCUSSÃO

Ao relacionar políticas pública a qualidade de vida, é preciso perceber que a execução correta de uma, garante a outra. Hoje muitas pessoas tendem a passar por situação não desejadas, uma que o direito as suas políticas públicas estão sendo cerciadas, sofrem com doenças, uma vez que o direito a um atendimento na saúde não acontece como deveria, devido a inúmeras situações, sendo necessário recorrer a justiça para se fazer valer um direito que já é garantido por lei.

É preciso compreender que qualidade de vida, está atrelada a execução correta das políticas públicas, e que inclusive, precisamos fazer valer tal direito, uma vez que o mesmo deve ser garantido pelo sistema governamental de cada cidade, estado e país.

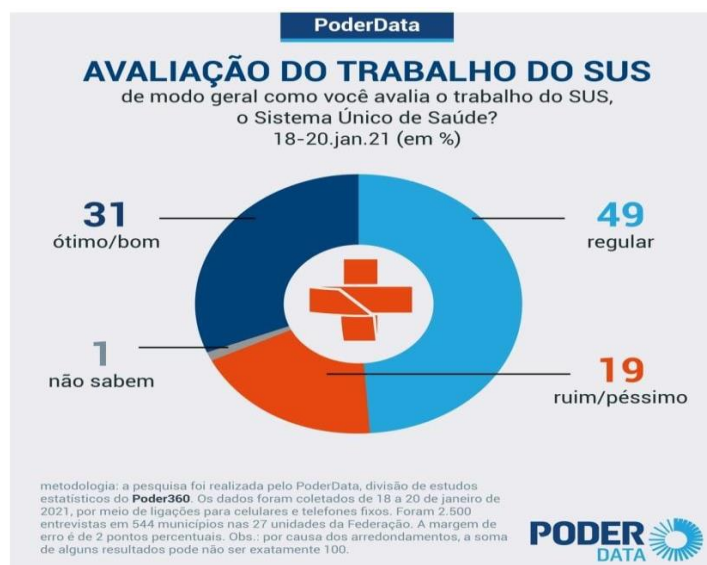
No ano de 2019, a CNBB-Conferência Nacional dos Bispos do Brasil abriu a Campanha da Fraternidade com o tema “Fraternidade e Políticas Públicas”, onde a igreja buscou chamar a atenção dos cristãos para o tema das políticas públicas, ações e programas desenvolvidos pelo Estado para garantir e colocar em prática direitos que são previstos na Constituição Federal e em outras leis.

Com essa campanha pretendeu-se estimular a participação da população cristã nas políticas públicas, para fortalecer a cidadania e o bem comum, sinais de fraternidade, o texto base descreveu sobre o ciclo e etapas de uma política pública, distinguindo as políticas de governo e políticas de Estado, indicando canais de participação social e conselhos previstos na Constituição Federal.

Embora o Brasil seja um país laico, mais de 60% da população se declara católica, e a partir desse dado, se observa que a igreja católica também se mostra preocupada com a grande maioria quando lançou a campanha da fraternidade DE 2019, que buscou refletir sobre a importância das políticas públicas na promoção do bem-estar social e na garantia de direitos, visando assim incitar a população a buscar por maiores esclarecimentos sobre políticas públicas, tema relevante para a sociedade. Assim, vê-se que cada vez mais a sociedade tem buscado entender sobre as políticas públicas, até mesmo pela intervenção da igreja católica.

Assim, política pública se resume como o campo do conhecimento que busca colocar o governo em ação, e/ou, analisar essa ação, sendo que, quando necessário propor mudanças no rumo dessas ações. Nesse sentido, a formulação de políticas públicas constitui-se na medida em que os governos traduzem seus propósitos eleitorais em programas e ações que produzem resultados na realidade, sendo que, quando implementadas, devem ser submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.

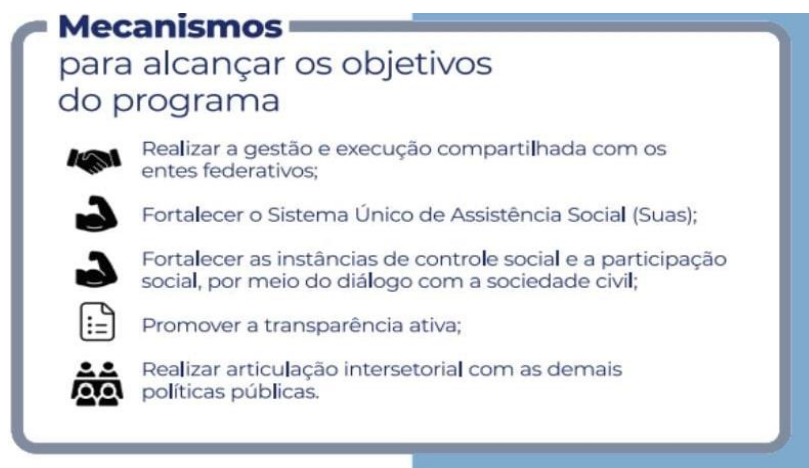
Existem no Brasil diversas políticas públicas em execução, muito além das citadas acima, todavia, tais programas não são executados da melhor maneira possível, o que os torna precários e insuficientes, se comparado a grande demanda existente. Assim, o Brasil carece de melhores planejamentos e de melhores formas de execução de seus programas, comportando a necessidade da população, que, em sua maioria, depende inteiramente dessas políticas públicas para sua subsistência.



Fonte: [https://www.poder360.com.br/brasil/poderdata-sus-e-avaliado-como-regular-por-49-outros-31-aprovam/](https://www.poder360.com.br/brasil/poderdata-sus-e-avaliado-como-regular-por-49-outros-31-aprovam/,), 2021

Portanto, se não houver mudanças significativas no âmbito das políticas públicas, reestruturando-as desde o seu planejamento até sua implementação, com pessoas capazes de observar os desafios futuros e propor melhorias, baseando-se na necessidade da população e da região que vai ser aplicada, e não de acordo com o desejo meramente político do administrador público, mudanças positivas e benéficas jamais serão vistas.

Do mesmo modo podemos citar o Programa Bolsa Família que tem por objetivos de garantir renda as famílias em situação de pobreza, fortalecendo o acesso das famílias a direitos básicos como saúde, educação e assistência social.



Fonte: <https://www.poder360.com.br/brasil/poderdata-sus-e-avaliado-como-regular-por-49-outros-31-aprovam/>, 2021

Nesse sentido, observa-se que o tema políticas públicas é relativamente novo na sociedade, e que, apesar de recente, se mostra imprescindível para a aplicação de programas que garantam diversos direitos à toda a sociedade. Contudo, apesar de tomar corpo a partir de propósitos eleitorais, necessário é fazer que seja implementado de forma correta e que não gere problemas, em contrapartida, as barreiras precisam ser avistadas, e soluções eficazes e efetivas precisam ser aplicadas para que as mesmas sejam sanadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a temática estudada, faz-se necessário citar como uma das

políticas públicas mais conhecidas e citadas pela população, que são Bolsa Família e Sistema Único de Saúde (SUS), essas políticas públicas vem avançando cada vez mais, trazendo assim para a população uma qualidade de vida, uma vez que antes destas, uma parte da população vivia em situação precária, pois não era oferecido condições de saúde e também não tinham nenhuma ajuda de custo do governo.

Com a implantação das mesmas, a população mais carente, começou a ter acesso a saúde e poder contar com auxílio do governo para complementar a renda familiar, com isso podemos dizer dentre outras, essas foram as políticas públicas que tem avançado cada dia mais, garantido uma qualidade de vida para a população.

No que se refere a importância dessas políticas públicas, faz se referência a bem estar da população, ou seja, de muita importância, devendo estar sempre como prioridade das autoridades políticas, uma vez que bem executada, o impacto positivo na qualidade de vida da população é gigantesco, e quando deixada de lado, os impactos negativos são vistos, como pessoas doentes sem atendimento, famílias passando por necessidades alimentares, o que vai causando um caos em meio a população mais vulnerável.

Como nem tudo está pronto e acabado, é preciso sempre estar avaliando a aplicação das políticas públicas, verificando se não há necessidade de alguma mudança, alteração, redefinição, garantindo sempre a qualidade de vida da população. As políticas públicas fazem toda a diferença na vida de pessoas, uma vez que as mesmas são contempladas com serviços que facilitam sua vida, o que resultam em uma garantia de qualidade de vida. É preciso que se faça valer o direito das políticas públicas em todo e qualquer lugar que a mesma tenha que estar presente. Ter uma qualidade de vida é direito de todos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

BOCCATO, V.R.C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação**. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, 2006.

BUCCI, M. P. D. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

CAPELLA, C. N. **“Formação da Agenda Governamental: Perspectivas Teóricas”**. Caxambu: MG, 2018.

EASTONE, D. **Uma Estrutura para Análise Política**. Englewood Cliffs: PrenticeHall, 1965.

EULAIN, C. R. **Políticas públicas no Brasil: Estudos interdisciplinares contemporâneos**. Campinas: Unicamp, 2021.

FERRAREZI, E. **Políticas Públicas**. Volume 2, Brasília: ENAP, 2006.

FRISCHEISEN, L. C. F. **Políticas públicas: a responsabilidade do administrador e o ministério público**. São Paulo: Max Limonad, 2000.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 1991.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, SP: Atlas 2003.

LOWI, T. **Quatro Sistemas de Política, Política e Escolha**. Public Administration Review, 32: 298-310. 1972.

LYNN, L. E. **Projetando Políticas Públicas: Um Estudo de Caso sobre o Papel da Análise de Políticas**. Santa Monica, Califórnia: Goodyear. 1980

MARCONI, M. de A. e LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa: pesquisa, planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa elaboração, análise e interpretação de dados**. Revisada e ampliada. São Paulo, SP: Atlas, 1999.

MARCONI, M. De A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

MEAD, L. M. **Políticas Públicas: Visão, potencial e limites**. Policy Currents, Fevereiro: 1995.

MONTEIRO, J. V. **Fundamentos da política pública**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1982.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (Ed.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PETERS, B.G. **Políticas Públicas Americana**. Chatham, N. J.: Chatham House. 1986.

PoderData: **SUS é avaliado como regular por 49% e como ótimo ou bom por 31%**. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/poderdata-sus-e-avaliado-como-regular-por-49-outros-31-aprovam/>, 2021. Acesso em 10.07.2025

RUA, M. das G. **Gestão Pública: Políticas Públicas**. 3ª ed. Brasília: Atua, 2014.

SARAIVA, E. **Políticas Públicas**. Volume 1, Brasília: ENAP, 2006.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, SP: Cortez, 2007.